

A chegada da cana-de-açúcar ao cerrado: breve histórico da ocupação inicial do Centro-Oeste do Brasil

The arrival of sugar cane in the cerrado: brief history of the initial occupation of the Central-West region of Brazil

Felipe Augusto Alves Nunes de Araújo¹
Maria Heloísa Cavalcante Fernandes²

Resumo

O objetivo da pesquisa que resultou neste artigo foi o de traçar um paralelo histórico entre a ocupação humana da região Centro-Oeste do Brasil com a expansão da cana-de-açúcar no cerrado. Populações humanas tradicionais ocupavam a região, antes de ser colonizada. Os colonos preocuparam-se em obter mão de obra escrava e riquezas. Informações precisas sobre como a cana-de-açúcar chegou e se alastrou na região não foram obtidas. Ao se observar o processo de desenvolvimento humano na história, percebe-se a importância do respeito aos Direitos Humanos para a preservação do meio ambiente e dos bons valores.

Palavras-chave: Bandeirantes paulistas. Crescimento populacional. Mineração.

Abstract

The objective of the research that resulted in this article was to trace a historical parallel between the human occupation of the Central-West region of Brazil with the expansion of sugar cane in the Cerrado. Traditional populations occupied the region before being colonized. The colonists worried in getting slave labor and wealth. Precise information about how the sugar cane had arrived and spread in the region were not obtained. Observing human development in History, it is realized the importance of the Human Rights and their respect in order to achieve the preservation of the environment and good values.

Keywords: Paulistan scouts. Mining. Population growth.

¹ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Atualmente é advogado instrutor no Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/DF. Endereço eletrônico: felipeaugustoalves@gmail.com

² Professora da graduação no Curso de Direito e de Relações Internacionais e professora de pós-graduação na disciplina Políticas Públicas para Educação Ambiental - UniCEUB. Doutoranda em Gestão e Políticas Públicas pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB); pesquisadora inscrita no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq). Endereço eletrônico: mheloisafernandes@gmail.com.

Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica/PIC³ e também de monografia de conclusão de curso⁴, ambas realizadas no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Nessas pesquisas, pretendeu-se demonstrar os impactos socioambientais relacionados à produção de etanol proveniente da cana-de-açúcar no bioma cerrado do Centro-Oeste do Brasil. Nelas, a expansão recente da cana-de-açúcar no cerrado, impulsionada pela demanda mundial por energia “limpa”, foi demonstrada. Mas, não sendo tal produto nativo da região, como ele aqui chegou e se expandiu? Um dos objetivos da pesquisa foi, então, buscar as raízes do problema, isto é, traçar o histórico de ocupação da região, a fim de identificar a evolução da atividade e suas consequências socioambientais.

1 Período pré-mineração

1.1 As populações tradicionais da região

O Centro-Oeste brasileiro é ocupado pelo homem há cerca de 43 mil anos. Viviam-se em pequenos grupos, e a produção era de sistema seminômade. A economia era de subsistência, baseada na caça, pesca e agricultura. Embora esses grupos fossem seminômades, os territórios eram definidos, delimitados entre os diferentes grupos (BERTRAN, 1988).

1.2 Primeiros objetivos dos colonizadores

Os espanhóis foram os primeiros a tentar ocupar a região Centro-Oeste do Brasil.

Ao contrário da colonização portuguesa, que foi antes de tudo litorânea e tropical, a castelhana parece fugir deliberadamente da marinha, preferindo as terras do interior e os planaltos” (HOLANDA, 1995, p. 99).

As missões jesuítas dos espanhóis adentraram o território no século XVI, com o objetivo de escravizar os índios e de se apoderar do território.

No século XVII, os portugueses expulsaram os espanhóis. As chamadas bandeiras paulistas destruíram as missões jesuítas espanholas, com o mesmo objetivo de escravizar índios e se apoderar do território (BERTRAN, 1988). Soma-se a esses motivos a busca pelos metais preciosos, que mais tarde se tornou a razão de ser do Centro-Oeste brasileiro para a metrópole portuguesa.

1.3 As Bandeiras

Os descendentes da colônia de São Vicente eram também chamados de exploradores paulistas (FURTADO, 2007). A participação deles na ocupação do continente sul-americano foi essencial. Foi esse bandeirismo exploratório e predador de índios que abriu caminhos, expulsou os espanhóis e permitiu a futura expansão da atividade de mineração, que, por sua vez, fixou núcleos habitacionais na região (PRADO JÚNIOR, 1997).

João Capistrano de Abreu (1963) caracteriza as bandeiras como grupos de homens cujo objetivo era capturar, prender e escravizar índios. Partiam de núcleos já fixados, principalmente do litoral. O nome provavelmente provém do costume de se levantar uma bandeira em sinal de guerra. A expedição era comandada por um chefe supremo, que tinha amplos poderes, até mesmo sobre a vida e morte dos seus comandados. O autor destaca que o traço marcante das bandeiras era sua violência: homens munidos de armas de fogo atacavam selvagens que se defendiam com arco e flecha

[...] com espada, machetes e alfanjes lhes derribavam cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provava os aços de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros (ABREU, 1963, p. 126).

Os que não morriam eram aprisionados e levados como objeto de conquista, para servirem de mão de obra escrava. Depredavam o meio ambiente, tocavam fogo no pouco que restasse das suas investidas, e então retornavam ao lugar de onde vieram. Embora existam essas informações, na História existem poucos documentos sobre as bandeiras. Diante da violência característica dos bandeirantes vista acima, Abreu (1963, p. 126) questiona: “Compensará tais horrores a consideração de que, por favor dos bandeirantes, pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?”. Abreu, na mesma obra, não apenas questiona tal fato, como afirma que os paulistas estavam mais para despovoadores que povoadores. Mesmo diante

³ *Cana-de-açúcar e biocombustível*: relação impactante no bioma Cerrado. PIC/UniCEUB, Brasília, 2008/2009. Trabalho orientado pela professora Maria Heloísa Cavalcante Fernandes.

⁴ *Cana-de-açúcar e biocombustível*: análise da atividade no Cerrado, considerando os conceitos básicos do desenvolvimento sustentável e a aplicação do princípio da precaução. Monografia de final do curso de Direito. Brasília: UniCEUB, dez. 2009.

de tal afirmação, o autor descreve que vários paulistas não retornaram às suas casas; “[...] preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos” (ABREU, 1963, p. 128).

1.4 Primeiras motivações dos colonizadores

1.4.1 Competição

Como já visto, as missões jesuítas espanholas e as bandeiras paulistas ocuparam a região Centro-Oeste do Brasil. Ao que parece, os primeiros passos dos portugueses em direção à região foram em razão da sua rivalidade com os espanhóis, pois a colonização portuguesa é de característica litorânea, e a espanhola, meridional: “Os portugueses, esses criavam todas as dificuldades às entradas terra adentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha” (HOLANDA, 1995, p. 100).

Foi essa dinâmica de conflitos entre portugueses e espanhóis a primeira responsável pela ocupação dos brancos na região, onde a ocupação espacial foi pouco articulada. As “dinâmicas de conflito entre os colonialismos luso e espanhol” foram o estímulo das penetrações na região (BERTRAN, 1988, p. 18).

1.4.2 Escravos

Como também já mencionado, a busca por escravos motivou a empreitada dos colonos. Celso Furtado (2007, p. 94) observa:

Assim como os portugueses no século XV penetraram no território africano na caça de escravos negros, os habitantes de São Vicente serão levados a penetrar fundo nas terras americanas na caça indígena. Daí resultará o desenvolvimento em grau eminente da habilidade exploratório-militar, qualidade esta que veio a constituir o fator decisivo da precoce ocupação de vastas áreas centrais do continente sul-americano.

Havia ainda outro motivo determinante.

1.4.3 Terras

Foram as bandeiras paulistas que permitiram a exploração da região, mas talvez não fosse possível se não houvesse o esforço dos colonizadores portugueses em adquirir e manter mais terras. Conforme Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 101):

A obra das bandeiras paulistas não pode ser bem compreendida em toda a sua extensão, se

a não destacarmos um pouco do esforço português, como um empreendimento que encontra em si mesmo sua explicação, embora ainda não ouse desfazer-se de seus vínculos com a metrópole européia, e que, desafiando todas as leis e todos os perigos, vai dar ao Brasil sua atual silhueta geográfica.

O interesse da metrópole, obviamente, era o principal. No entanto, esse esforço dará uma nova forma ao Brasil, uma caracterização do território diferente da que vinha se delineando. Outra fase da ocupação da região Centro-Oeste se apresenta.

2 Mineração: o povoamento “branco”

2.1 Segundo objetivo e motivo dos colonizadores

O próximo objetivo dos povos europeus em descobrir e colonizar novas terras era a busca pelas riquezas, como as especiarias e os metais preciosos. A América, para os colonizadores, em princípio, não passava de terras potencialmente abundantes em riquezas, desconhecidas pelos seus povos primitivos. O sentido da colonização brasileira “[...] é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro” (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 119).

Há de se ressaltar o espírito aventureiro dos portugueses.

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos (HOLANDA, 1995, p. 49).

A busca pelos metais e pedras preciosos foi o grande motivo da ocupação do Centro-Oeste do Brasil.

Se no século XVI bandeiras paulistas se expandiram no interior do Brasil, motivadas pela necessidade de conseguir braços indígenas para as lavouras, o que as motiva a partir dos anos 1700, é a busca de ouro e de pedras preciosas (BERTRAN, 1988, p. 18).

Celso Furtado (2007, p. 26-27) analisa o intuito dos colonizadores:

O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica. A legenda de riquezas inapreciáveis por descobrir

corre a Europa e suscita um enorme interesse pelas novas terras. [...]

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias. [...] A miragem do ouro que existia no interior das terras do Brasil — à qual não era estranha a pressão crescente dos franceses — pesou seguramente na decisão tomada de realizar um esforço relativamente grande para conservar as terras americanas.

O descobrimento de preciosidades em Minas Gerais nos últimos decênios do século XVII chamou a atenção da metrópole e fez com que as bandeiras paralisassem sua penetração na região. Foi, no entanto, a expulsão dos paulistas das Minas Gerais que os fez retornar aos seus antigos caminhos, rumo ao Centro-Oeste brasileiro, agora com o conhecimento das técnicas de mineração. Assim, com esses conhecimentos, não demorou a notícia da descoberta de ouro pelos paulistas: próximo à Cuiabá, e à Cidade de Goiás, em 1719 e 1725, respectivamente. Os paulistas não se limitaram a passar de bandeirantes a conquistadores. Houve sempre alguma mineração (ABREU, 1963; BERTRAN, 1988).

Os primeiros descobrimentos em Cuiabá aconteceram por acaso. Procurava-se por índios quando se deparou com grãos de ouro, tão abundantes que era possível retirá-los com mãos e paus. “Os bandeirantes viraram mineiros sem pensar e sem querer” (ABREU, 1963, p. 159).

2.2 O “pedido” do Imperador

A situação ruim pela qual passavam tanto a metrópole quanto a colônia, gerada pela queda passageira do sistema açucareiro, foi outro fator que impulsionou o rápido desenvolvimento da mineração no começo do século XVIII. Sabe-se que Dom Pedro II, diante das repetidas frustrações de encontrar minas preciosas, enviou cartas ao povo de São Paulo, nomeando-os como descobridores. Assim, “aparelharam-se e partiram dos rumos mais opostos numerosas bandeiras, e desde logo se evidenciou que, se o Brasil contivesse haveres minerais, não poderia conservá-los encobertos por mais tempo” (ABREU, 1963, p. 157).

2.3 Crescimento populacional

Houve um avanço populacional significativo nas regiões meridionais, consequência das emigrações de portugueses e de povos de outras regiões do Brasil. “O *facies* da colônia iria modificar-se fundamentalmente” (FURTADO, 2007, p. 118, grifo do autor citado). Em

meados do século, a descoberta de ouro na região meridional brasileira atrai os exploradores e povoadores. Acompanham, então, correntes migratórias, advindas de diversos locais: nordeste, sul, litoral, Europa.

Ambientes rurais surgiram como consequência das descobertas. Localizavam-se nas proximidades dos rios e dos ambientes urbanos. Os rios serviam de transporte das minas (OLIVEIRA, 2008).

As economias concorrentes assistiam sua depreciação, enquanto a mineração desfrutava seu rápido florescimento. A agricultura teve um momento de prostração. Nas palavras de Caio Prado Júnior (1997, p. 39):

A dispersão pelo interior, intensa e rápida, é da primeira metade do séc. XVIII, quando o ouro, descoberto sucessivamente em Minas Gerais (último decênio do séc. XVII), Cuiabá, em 1719, e Goiás seis anos depois, desencadeia o movimento. Afluem então para o coração do continente levas sobre levas de povoadores. [...] É este um período sombrio para a agricultura litorânea, que assiste então ao encerramento do seu primeiro ciclo de propriedade, tão brilhante até aquela data.

Não há dados precisos sobre o volume das correntes emigratórias. No entanto, sabe-se que esse período se concluiu com a fixação de povos europeus no coração do continente. Em Portugal, chegou-se a tomar medidas que visavam obstá-las. Tem-se estimado que a população de origem europeia decuplicou durante o século da mineração (FURTADO, 2007).

Do Brasil, as correntes migratórias provinham de diversas regiões. A região litorânea foi uma das que mais colaborou para o afluxo de população para os estados da região central. Diferentes economias também foram afetadas. Assim observa Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 102), que recorre à citação de um trecho de Antonil⁵:

No terceiro século do domínio português é que temos um afluxo maior de emigrantes para além da faixa litorânea, com o descobrimento do ouro das Gerais, ouro que, no dizer de um cronista do tempo, ‘passa em pó e em moeda para os reinos estranhos; e a menor parte he a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadadas e outros brincos dos quaes se vem hoje carregadas as mulatas da máo viver, muito mais que as senhoras’.

⁵ ANTONIL, André João [João Antônio Andreoni]. *Cultura e opulência do Brasil*. [1711]. São Paulo: 1967

Não bastasse, a “sorte” parecia estar ao lado dos colonizadores.

2.4 Motivos concorrentes

Além dos motivos já descritos, a mineração brasileira ganhou grandes dimensões por permitir que pessoas que não tinham à sua disposição os recursos necessários também explorassem a atividade. A riqueza das terras era enorme. Explorava-se o metal de aluvião, que era facilmente encontrado na beira dos rios. Era diferente da atividade de mineração característica de outras regiões da América (FURTADO, 2007).

2.5 O apogeu

O século XVIII foi, assim, o marco da mineração. A partir de 1733, vieram constantes e sucessivas descobertas de minas. A economia de mineração conheceu seu apogeu em torno do ano de 1750 a 1760, período em que a produção de ouro foi a maior que já se teve conhecimento no Brasil. O ouro produzido no Brasil escapa a qualquer avaliação exata, mas sabe-se que, em 1760, a produção de ouro alcançou os 2,5 milhões de libras e, durante o apogeu, manteve-se em 2 milhões de libras por ano (ABREU, 1963; FURTADO, 2007).

2.6 A decadência

Assim como o florescimento, a decadência da mineração também foi rápida; “a febre seria de curta duração” (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 40). Do apogeu em diante, houve apenas queda na produção e, consequentemente, no afluxo de população. Em muitos casos, a corrente de povoamento se inverte (PRADO JÚNIOR, 1997). Furtado (2007, p. 125) confirma que “[...] o declínio no terceiro quartel do século foi rápido e, já por volta de 1780, não alcançava 1 milhão de libras”.

Abreu (1963, p. 166-167), citando ainda outros historiadores, indica razões para a decadência da mineração:

Na constância da derrama surgiram os primeiros fenômenos da decadência da mineração. Explicaram-na pelos extravios cada vez mais numerosos, graças à multiplicidade de vias de comunicação. Teixeira Coelho, que passou onze anos em Minas, ocupando altos empregos, e deixou escrito precioso sobre a capitania, indica outras causas: a pobreza dos mineiros; a falta de negros, monopólios deles e direitos excessivos que pagavam; abusos nas concessões dos guardas-mores; demandas sobre os privilégios dos mineiros a que chamam da trintada, divisão das fábricas por heranças, etc.

Todos estes males influem sensivelmente na decadência das minas, observa Eschwege, mas todos eles procedem de duas únicas causas, e são terem se franqueado ao povo as minas sem limitação e sem inspeção sobre seus trabalhos e a falta de leis montanísticas adequadas a este país [...]. Os mineiros do país aproveitam só o que podem separar mecanicamente e de uma maneira muito imperfeita. Assim, contando todas as perdas que sofrem, causadas pela sua ignorância, desde que tiram o ouro do seu leito natural até que sal fundido da casa de fundição e da moeda, não será por certo exagerado quem avaliar estas perdas em a metade do mesmo ouro [...].

As descobertas sucessivas de jazidas de ouro cessam – se desconsiderarmos as apenas insignificantes, que ainda faziam com que houvesse quem lutasse em manter a economia em funcionamento. Fica claro o princípio do término do período. Prado Júnior (1997, p. 169) registra o momento de forma até poética:

No alvorecer do séc. XIX, a indústria mineradora do Brasil, que se iniciava sob tão brilhantes auspícios e absorvera durante anos o melhor das atenções e atividades do país, já tocava sua ruína final. Os prenúncios desta já se faziam, aliás, sentir para os observadores menos cegos pela cobiça, desde longa data. De meados do séc. XVIII em diante a mineração não fizera mais do que declinar; o seu apogeu deve ser fixado naquele momento, quando se chegou ao máximo da produtividade das minas e interrompem-se as descobertas sucessivas que iam mantendo uma chama que bruxuleava nalguns lugares, e se apagava já em outros; quando finalmente a atividade dos mineradores se estende sobre sua maior área de expansão.

No começo do século XIX, o período da economia de mineração brasileira chega ao seu fim.

Chega-se assim, no alvorecer do séc. XIX, a um momento em que já se tinham esgotado praticamente todos estes depósitos de superfície na vasta área em que ocorreram. A mineração sofre então seu colapso final (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 171).

3 A chegada da cana-de-açúcar

Afinal, como e quando a cana-de-açúcar chegou à região Centro-Oeste do Brasil? Poucos autores pesquisados oferecem informações próximas da resposta.

Segundo Bertran (1988, p. 50), no segundo império já se falava em cana-de-açúcar na região. Por essa

época “Muitos fazendeiros de Goiás [...] se dedicavam ao cultivo da cana”, mas esta era mais utilizada para se fazer aguardente do que açúcar, pois aquela se vendia com facilidade. Em 1844, havia 249 engenhos de açúcar, a maioria em miseráveis condições, “[...] mas boa quantidade de açúcar se exportava então (1844) de Goiás para Mato Grosso”. Em 1852, Mato Grosso tem maior desenvolvimento na cultura da cana. No entanto, só em torno de 1880 começou o ciclo das usinas, “[...] utilizando máquinas a vapor e se multiplicando os estabelecimentos desse tipo pelas margens do Rio Cuiabá”. Citando Aleixo, Bertran afirma que, para esse período, na lavoura de cana-de-açúcar, além da disponibilidade de terras, bem como da existência de mão de obra escrava e do mercado consumidor, havia um fator básico orientando a instalação dos engenhos: as vias de comunicação capazes de escoar a produção açucareira. Assim, a maior parte da lavoura açucareira se fixou ao largo dos rios, quer pela fertilidade das terras, quer pela facilidade de transporte da produção. Ademais, quase todos os rios eram navegáveis, permitindo ao produtor escoar, tanto para o mercado local quanto para a fronteira, o açúcar, a rapadura e a aguardente. Essa seria outra fase da ocupação, o mercantilismo, impulsionado pela navegação a vapor.

Abreu (1963, p. 167, grifo nosso), afirma que, após o declínio da mineração, a cultura da cana se alastrou na região:

Desenganada de ouro, a população procurou outros meios de subsistência: a criação do gado, a agricultura de cereais, a *plantação de cana*, de fumo, de algodão; com o tempo avultou a produção ao ponto de criar-se uma indústria especial de transportes, confiada aos históricos e honrados tropeiros.

O fator mais relevante em relação ao desenvolvimento da cana-de-açúcar na região durante o período da mineração é ressaltado por Oliveira (2008). Em 1715 — anteriormente às descobertas das minas na região —, a coroa portuguesa proibia a construção de engenhos em áreas de mineração. O motivo seria, obviamente, o melhor rendimento da relação entre mão de obra e lucro da recente descoberta das “minas Gerais”. Em 1723, a proibição estendeu-se a Cuiabá. Mesmo proibidos, engenhos foram construídos nas proximidades das minas, o que sugere “brechas da legislação”. Os senhores de engenho da

região com representação na Câmara pediram permissão ao rei, mas não conseguiram. A expansão dos engenhos, no entanto, continuou. O autor sugere que o verdadeiro motivo para a expansão da atividade agrícola seria, então, o seu potencial de comércio, os “jogos monetários”.

Assim, não se sabe ao certo quem trouxe, como e quando a cana-de-açúcar chegou à região, mas se sabe que o seu desenvolvimento ocorreu desde a decadência da mineração e quando do desenvolvimento fluvial na região.

Conclusão

No decurso da História, o homem concretizou seu desenvolvimento fincado na destruição do meio ambiente e, conseqüentemente, na sua autodestruição. Seja por pedras e metais preciosos, seja por especiarias e, salvo exceções, o que norteou o “desenvolvimento” humano foi a ambição individualista por riqueza. É preciso prevenir e mitigar os impactos no meio ambiente, mantendo-o ecologicamente equilibrado. É preciso respeitar os Direitos Humanos.

A discussão é reforçada pela participação do Estado, com o estabelecimento de políticas públicas e a definição de diretrizes para a sua efetiva implementação. Não se pode desconsiderar a evolução ocorrida em relação à propriedade particular: antes protegida de modo incontestado, recebe agora função social a ser cumprida. Dá-se responsabilidade social, obrigando a abertura e manutenção de empregos e ações de minimização de impactos das ações humanas no meio ambiente.

Assim, juridicamente, deve-se considerar que o que norteia toda a discussão é a ampliação do reconhecimento dos Direitos Humanos. A Declaração Universal reconheceu, inclusive, o meio ambiente como integrante do rol a ser protegido.

A História do Brasil foi de desenvolvimento de latifúndios e subdesenvolvimento humano, socioambiental. A cana-de-açúcar é exemplo. Populações humanas dizimadas, vegetação nativa destruída, espécies animais afugentadas, tudo resultado e produto da história. A história não pode ser esquecida, sob pena de cometermos mesmos erros do passado.

Referências

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800) e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 1963.
- ARAÚJO, Felipe Augusto Alves Nunes de. *Cana-de-açúcar e biocombustível: relação impactante no bioma Cerrado*. 2008. 65f. Relatório de pesquisa (Graduação em Direito) – Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2008.
- ARAÚJO, Felipe Augusto Alves Nunes de. *Cana-de-açúcar e biocombustível: análise da atividade no Cerrado, considerando os conceitos básicos do desenvolvimento sustentável e a aplicação do princípio da precaução*. 2009. 86f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2009.
- BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, 1988.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Jogos monetários na fronteira do império português: produção rural e comércio no centro da América do Sul (1716-1750). *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, MT, v. 1, n. 2, p. 243-270, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/93/81>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

**Para publicar na revista
Universitas Humanas,
acesse o endereço eletrônico www.publicacoesacademicas.uniceub.br.
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.**